



“

RELATÓRIO E CONTAS

20
23



vitrus
AMBIENTE EM SA - GUIMARÃES

ÍNDICE

A EMPRESA	3
MISSÃO, VISÃO E VALORES	3
AÇÃO ESTRATÉGICA E POLÍTICAS	4
ORGANOGRAMA	4
ORGÃOS SOCIAIS	5
ÁREAS DE SERVIÇO E EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE	6
SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	13
PERSPETIVAS FUTURAS	17
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	18
ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO	
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS E PARECER DO FISCAL ÚNICO	

// A EMPRESA

A **VITRUS AMBIENTE, EM, SA** enquadra-se no regime jurídico do setor empresarial local e das participações locais [Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto]. Rege-se, também, pelos seus Estatutos e, subsidiariamente, pelo regime do setor empresarial do Estado, pelo Estatuto do Gestor Público e pelas normas aplicáveis às sociedades comerciais.

Constituída por escritura pública em 8 de setembro de 2010 e com início da sua atividade no dia 1 de outubro do mesmo ano, a **VITRUS** assume, por delegação de competências do município, a gestão de serviços de interesse geral nas seguintes áreas: 1) Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública, nomeadamente na recolha e transporte a destino final de Resíduos Urbanos e Limpeza de Instalações e de Espaços Públicos; 2) Promoção, Gestão e Fiscalização do Estacionamento Público Urbano, em particular nos parques públicos e zonas de estacionamento de duração limitada [ZEDL].

Atua no âmbito geográfico do concelho de Guimarães, cuja cobertura territorial tem vindo a registar um crescimento significativo e sustentável, desde a sua criação e início de atividade.

// MISSÃO, VISÃO E VALORES

A **VITRUS** tem como missão a recolha e transporte dos resíduos urbanos contentorizados, a limpeza e higiene dos edifícios públicos onde estão instalados serviços municipais e a gestão do estacionamento urbano, estabelecendo o serviço público de qualidade como referência e tomando como base orientadora os princípios básicos da gestão: elevada eficácia e eficiência.

Pretendemos ser uma organização de referência local e nacional nas áreas onde atuamos e ambicionamos ser reconhecidos pela nossa capacidade de adaptação às constantes mudanças.

A **VITRUS** assenta toda a sua ação nos seguintes valores:

VERACIDADE – as ações e decisões serem sempre exatas e verdadeiras;

INOVAÇÃO – com a intenção de criar valor onde atua e naquilo que faz;

TRANSPARÊNCIA – ligação clara e inequívoca na relação com os *stakeholders*;

RESPONSABILIDADE – assumir as funções e as implicações das respetivas ações;

UTILIDADE - sentir que as funções que desempenha são importantes e imprescindíveis;

SUSTENTABILIDADE – priorizar as necessidades em função dos recursos disponíveis.

// AÇÃO ESTRATÉGICA E POLÍTICAS

Assente nos valores, em todas as ações que concretiza, a **VITRUS** pauta sempre o seu trabalho com um grande sentido de responsabilidade, exigência e rigor, tornando assim o seu crescimento sustentado e alicerçado em premissas sólidas e perenes.

Ao longo dos 13 anos ao dispor da comunidade, a **VITRUS** tem-se pautado por prestar um serviço útil e de qualidade, sempre com o propósito de continuar a obter níveis elevados de eficácia e eficiência com o foco no crescimento contínuo e sustentável. O constante avanço e otimização dos equipamentos, serviços e recursos são dos principais meios usados para atingir a satisfação cada vez maior e de forma mais distinta da comunidade que servimos, em primeiro lugar, mas também do município, dos fornecedores e dos nossos colaboradores.

Sem nunca perder o foco nos nossos valores, a **VITRUS** destaca cada vez mais o papel relevante da economia circular em detrimento da economia linear. A proteção do ambiente e a qualidade de vida dos nossos munícipes são primordiais no exercício das nossas funções, daí que a nossa aposta em diversos projetos e iniciativas de responsabilidade social são incentivadas e ocupam um espaço considerável no dia-a-dia da empresa.

// ORGANOGRAMA



// ORGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente da Mesa

Município de Guimarães, representado pela Vereadora da Câmara Municipal de Guimarães,

Sofia Ferreira

Secretária

Ana Rita Oliveira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Sérgio Alberto Castro da Rocha

Administrador Executivo

João Pedro de Oliveira Martins Castro

Administradora Não Executiva

Maria José Teixeira Martins

FISCAL ÚNICO

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda.

Capital Social e Prestações Suplementares

Capital Social de 255.343,00 Euros em 255.343 ações de valor nominal de 1,00 Euro.

Acionista

Município de Guimarães: 255.343 ações.

// ÁREAS DE SERVIÇO E EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

No ano de 2023 a **VITRUS** manteve a sua atuação, de acordo com o estabelecido no regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, direcionada para dois grandes serviços de interesse geral: **Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública e Promoção, Gestão e Fiscalização do Estacionamento Público**.

O **primeiro serviço** – Higiene Urbana – Gestão de Resíduos Urbanos e Orgânico e Limpeza Pública – desagrega-se em: I) Recolha e Transporte de Resíduos Indiferenciados; II) Gestão e Operacionalização do Sistema PAYT no Centro Histórico de Guimarães e III) Limpeza de Vias e Espaços Públicos.

O **segundo serviço** – Mobilidade – Promoção, Gestão e Fiscalização do Estacionamento Público – desagrega-se em: I) Parques Públicos e II) Zonas de Estacionamento de Duração Limitada.

Uma outra atividade onde a empresa atua, tratando-se do **terceiro serviço**, é a Limpeza de Edifícios Públicos, todos eles com a responsabilidade e gestão direta da Câmara Municipal de Guimarães. Este serviço está contratualizado através de contrato de prestação de serviços, comumente designado “*in house*”.

O **quarto serviço**, resultante do alargamento do espectro da área de atuação da empresa, trata-se do Serviço de Manutenção que, de entre os diversos serviços, atua na limpeza e manutenção dos equipamentos infantis instalados nos espaços de jogo e recreio integrados nas escolas e espaços públicos, que estão sob a responsabilidade da Câmara Municipal de Guimarães.

SERVIÇO I – HIGIENE URBANA

GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS E LIMPEZA PÚBLICA

Por fazer parte da génese da empresa, este serviço é muito importante, visível e aquele que constitui a parte mais representativa da sua estrutura. É de grande importância garantir que a **VITRUS** assegure as melhores condições de higiene urbana e pública aos municípios e garantir que o serviço é prestado de forma competente e célere.

As vertentes de atuação enquadradas neste serviço de interesse geral, representaram cerca de 77% do volume de faturação da empresa.

// RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS URBANOS INDIFERENCIADOS

As condições máximas de salubridade pública do município são o objetivo principal da **VITRUS**.

Em 2023 continuamos a investir em equipamentos que servem melhor não só a comunidade onde atuamos, como também os nossos colaboradores.

Voltamos a adquirir novos contentores de resíduos urbanos indiferenciados [enterrados e semienterrados] para instalação. Como resultado deste investimento, foi possível recolher mais de 23 mil toneladas de resíduos urbanos contentorizados, bem como alargar o nosso espaço geográfico de atuação. Em 2023, fomos responsáveis pela gestão de 570 contentores de resíduos indiferenciados espalhados pelo município. Continuamos ainda a proceder à manutenção e higienização de todos os equipamentos já instalados e assim promover uma melhor imagem dos contentores de resíduos, da zona envolvente e da empresa, bem como promover uma utilização responsável e correta dos mesmos.

Em 2023, a **VITRUS** recolheu, no total, 37.670,65 toneladas de resíduos indiferenciados, o que corresponde a 76,3% dos resíduos indiferenciados recolhidos em todo o município.

Para otimizar os nossos serviços não apenas na execução das tarefas no terreno, mas também na recolha e análise da informação, queremos continuar a dotar as viaturas de recolha e transporte com soluções tecnológicas que nos permitam atingir esses objetivos e, assim, tornar o nosso serviço cada vez mais eficiente e rigoroso.

M
at
J.

// RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS VOLUMOSOS [MONSTROS] E RESÍDUOS VERDES

“Monstros” é o nome mais comum usado para designar resíduos volumosos. Estes são todos os resíduos que, devido às suas dimensões ou volume, não podem ser depositados em ecopontos ou contentores e também não podem ser transportados por um camião de recolha comum. Os resíduos verdes tratam-se de sobrantes, provenientes maioritariamente de utilizadores domésticos, que pelas suas características podem ser valorizados e reencaminhados como recursos. A **VITRUS** está responsável pelo transporte gratuito de resíduos volumosos, em algumas freguesias, e dos resíduos verdes na integridade do concelho de Guimarães, desde o ponto de recolha até ao Ecocentro, de acordo com um agendamento prévio e a colocação dos mesmos na via pública.

// GESTÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA PAYT NO CENTRO HISTÓRICO DE GUIMARÃES

A recolha e gestão dos resíduos no Centro Histórico e área adjacente é diferente do resto do concelho. Desde 2016 que a implementação da tarifa PAYT (*Pay-As-You-Throw*) é um projeto pioneiro em Portugal e assenta no conceito de poluidor-pagador. Isto é, de acordo com esta tarifa, o utilizador paga apenas o lixo que produzir através da aquisição de sacos autorizados para a deposição de resíduos indiferenciados. Existe uma relação direta entre a produção e o pagamento de resíduos, logo, quanto mais separar, menos espaço ocupará nesse saco e mais vai poupar. O propósito essencial é incentivar os munícipes a refletirem sobre a quantidade de resíduos que produzem e apoiar a adoção de hábitos mais sustentáveis, como o da separação. São recolhidos diariamente, os resíduos colocados à porta de cada estabelecimento ou habitação.

O principal objetivo do sistema “*Pay-As-You-Throw*” é responsabilizar o utilizador pela quantidade de resíduos produzidos, para que sejam cumpridas as seguintes metas:

- I. Diminuir a quantidade de resíduos produzidos;
- II. Diminuir a quantidade de resíduos encaminhados para aterro;
- III. Aumentar a quantidade de resíduos da recolha seletiva.

Estas metas vão de encontro às Diretivas Europeias e ao objetivo de tornar Guimarães “mais verde”. Assim no ano de 2019, iniciou-se o alargamento do projeto PAYT à área adjacente ao Centro Histórico, incluindo por exemplo, Alameda São Dâmaso, Largo do Toural, Rua Santo António, Rua Gil Vicente, entre outras. Nestas ruas os utilizadores começaram a usufruir do mesmo sistema de gestão e recolha de resíduos.

Em 2022 iniciou-se a recolha de biorresíduos, no âmbito do projeto RRRICLO, tendo por base o Plano de Gestão de Biorresíduos Guimarães 2030, que define uma estratégia para a diminuição da produção de resíduos na fonte capaz de

promover a compostagem caseira e comunitária, que mobilize todos os agentes, nomeadamente a restauração, hotelaria, a comunidade escolar, lares, residências, hospitais e a população em geral. A primeira zona de implementação deste projeto foi o Centro Histórico intramuros, sendo que, no ano de 2023, foi alargada a esfera de atuação do projeto para os canais HORECA e numa fase posterior aos cemitérios das freguesias.

No ano de 2023, aumentamos a quantidade de resíduos urbanos recolhidos na zona PAYT. A taxa de resíduos seletivos recolhidos foi igual a 82,5%. Da taxa de resíduos seletivos é apresentado um valor de 12,7% referente a resíduos de vidro, em relação a resíduos de papel e cartão um valor percentual de 20,9% e de resíduos de embalagens de plástico e metal um valor igual a 9,2%. De acrescentar que os restantes 57,2% dizem respeito a resíduos orgânicos.

De uma forma global, recolhemos mais de três mil toneladas de resíduos urbanos (seletivos e indiferenciados) no Centro Histórico e área de alargamento.

Devido aos resultados extremamente positivos, prevê-se continuar a alargar o projeto por fases, designadamente às restantes freguesias do concelho.

// LIMPEZA DE VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS

A **VITRUS** está responsável pela manutenção de vários espaços verdes e de vias públicas em Guimarães. Este serviço consiste no corte de ervas no passeio e em beirados de terrenos públicos e na desmatização e manutenção de áreas verdes. Com o serviço de limpeza de vias públicas pretendemos apoiar as juntas de freguesia na manutenção das suas ruas e caminhos de forma a evitar perigos e constrangimentos, garantindo a satisfação dos cidadãos. Este serviço contempla a limpeza contínua e programada de caminhos públicos e espaços verdes, distribuídos pelos seguintes locais: ROTA DA CITÂNIA, ROTA DE SÃO TORCATO, ROTA DA PENHA, CAMINHO REAL E PISTA DE CICLOTURISMO, as escolas do concelho e, também, a renaturalização dos corredores verdes.

A limpeza das faixas de gestão combustível trata-se de um serviço obrigatório que reforça as medidas de defesa da floresta contra incêndios, por forma a garantir a segurança de pessoas e bens.

Trata-se de um serviço da responsabilidade da **VITRUS** que efetua a limpeza de 295 hectares de faixas de gestão de combustível em várias zonas do concelho de Guimarães, limpando e cortando, de forma seletiva, 10 metros adjacentes à rede viária, seguindo as regras estipuladas na Lei.

Para além da manutenção de espaços verdes, a **VITRUS** assegura a limpeza do Centro Histórico. Prestamos diariamente serviços de varredura manual e automática, de lavagem através de equipamentos de alta pressão, sopradores, recolha de lixo dos passeios, de chicletes (Papa-Chicletes) e pontas de cigarros (Eco-Pontas) e manutenção das paleleiras, sempre de acordo com as necessidades.

SERVIÇO II – ESTACIONAMENTO PÚBLICO

PROMOÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO ESTACIONAMENTO PÚBLICO

A mobilidade urbana é, cada vez mais, um assunto urgente e na ordem do dia. As cidades estão a tornar-se cada vez mais lotadas, não apenas devido ao grande número de pessoas que migram diariamente para os seus trabalhos. Guimarães tem vindo a verificar dois fenómenos que dificultam a mobilidade:

1. o grande aumento de oferta de mercado, quer de lojas, restaurantes, espaços culturais ou de lazer, que trazem cada vez mais público ao centro da cidade, em diversas alturas do dia;
2. o aumento vertiginoso de turismo e do conseqüente crescimento de alojamentos no centro da cidade para dar resposta à procura. Estes fatores conjugados resultam num constante esgotamento de espaço público livre para o estacionamento das viaturas.

A necessidade da criação de soluções é, efetivamente, uma urgência, já que implica igualmente com o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos que habitam, trabalham ou visitam Guimarães.

A **VITRUS** é a entidade responsável pela gestão do estacionamento público na cidade e tem como propósito melhorar a mobilidade urbana através de soluções justas, eficientes e adequadas às necessidades dos condutores. Existe este compromisso até, pelo menos, 31 de dezembro de 2024, data em que termina o contrato-programa, entre o Município e a **VITRUS**, que define a implementação, na cidade, de soluções de estacionamento adequadas e inovadoras.

// PARQUES PÚBLICOS

A **VITRUS** gere cinco parques públicos localizados no centro de Guimarães, o que perfaz um total de 800 lugares de estacionamento. Os nossos parques encontram-se abertos 24 horas, 7 dias por semana.

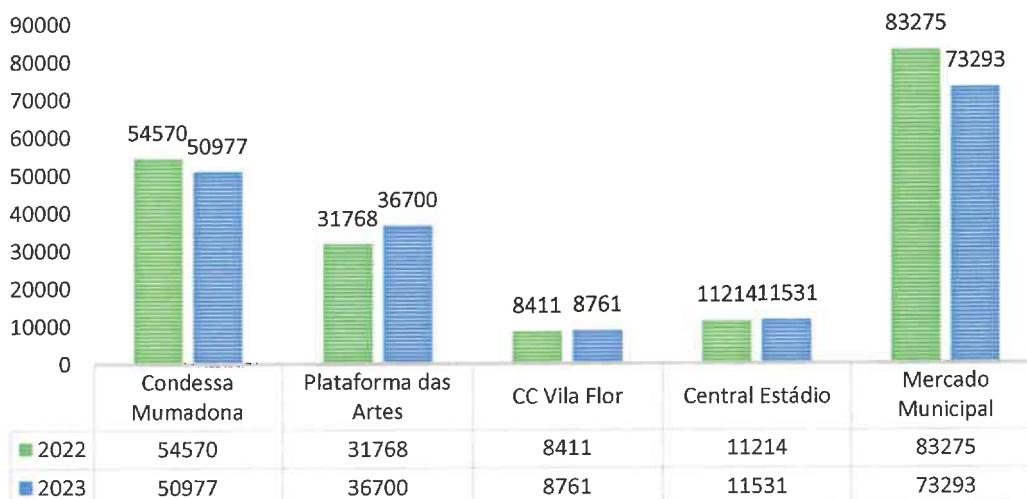
Este serviço permite um estacionamento sem duração limitada, em segurança e coberto.

Através da informação demonstrada no gráfico abaixo, podemos verificar que, no ano de 2023, o **registo global de entradas de utilizadores rotativos** nos cinco parques apresenta um valor de 187262 entradas, traduzindo-se numa variação negativa, na ordem de um ponto percentual, em comparação ao período transato.

Este serviço representou cerca de 5% do volume de faturação da empresa.

M
A
7.

EVOLUÇÃO DO N.º DE ENTRADAS UTILIZADORES ROTATIVOS



// ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA [ZEDL]

Para além dos parques públicos, prestamos também o serviço de fiscalização das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada (ZEDL), ou mais comumente conhecidos por parcometros. Gerimos mais de 1440 lugares de estacionamentos, distribuídos por 42 ruas do centro da cidade.

A importância das ZEDL cresce a cada dia, visto que ordenar o estacionamento na via pública promove uma circulação mais fluída e, desta forma, diminui o tráfego e problemas relacionados com o trânsito. A **VITRUS** tem ao dispor deste serviço treze agentes que têm como função exclusiva a fiscalização dos lugares de estacionamento tarifado fazendo cumprir o REGULAMENTO MUNICIPAL DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA.

Através da experiência, continuamos a otimizar o serviço e a melhorar a nossa intervenção, sempre com o objetivo de tornar os lugares de estacionamento rotativos de acesso justo e democratizado.

Neste momento, este setor de atividade representa cerca de 6% do volume de faturação da empresa.

7
ato
7-

SERVIÇO III – LIMPEZA DE EDIFÍCIOS PÚBLICOS

A VITRUS presta serviços de limpeza de edifícios públicos e municipais, que estão sob a responsabilidade ou ocupados pela Câmara Municipal de Guimarães, que vão desde escritórios, a casas de banho públicas, balneários ou até mesmo grandes áreas como o Mercado Municipal, a Central de Camionagem, entre outros. Os nossos serviços consistem na limpeza geral do edifício como a varredura, lavagem de chão manual e mecânica, aspiração, limpeza de vidros, de mobiliário e de casas de banho de edifícios e públicas.

O ano em análise registou um crescimento considerável, quando comparamos com os dados de 2022, que muito se deve ao profissionalismo e à eficiência com que prestamos este serviço.

A limpeza, por ser feita em edifícios com uma grande utilização pública diária, quer por colaboradores, quer por visitantes, é fundamental que seja cumprida com rigor e frequência, já que é um dos cartões de visita do nosso município.

Este serviço é desenvolvido por equipas constituídas de acordo com as necessidades e especificidades dos locais em causa. Os serviços esporádicos são, igualmente, analisados e adaptados à nossa capacidade de resposta quer em recursos humanos, quer em equipamentos.

Este serviço representou cerca de 11% do volume de faturação da empresa.

SERVIÇO IV – MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

A VITRUS presta serviços de limpeza e manutenção dos equipamentos infantis instalados nos espaços de jogo e recreio integrados nas escolas e espaços públicos, que estão sob a responsabilidade da Câmara Municipal de Guimarães.

No ano de 2023 a VITRUS prestou os seus serviços em 99 espaços de jogo e recreio, sendo 40 nas escolas e 59 em espaços públicos, respetivamente.

A manutenção destes espaços, por serem locais de elevada utilização pública, pela população em geral, é fundamental que seja cumprida com rigor e frequência de forma a proporcionar condições de segurança na utilização dos equipamentos, assim como de limpeza e salubridade dos mesmos e é desenvolvido por equipas constituídas de acordo com as necessidades e especificidades dos locais a intervir.

De salientar que este serviço representou cerca de 1% do volume de faturação da empresa.

M
Castro
J.

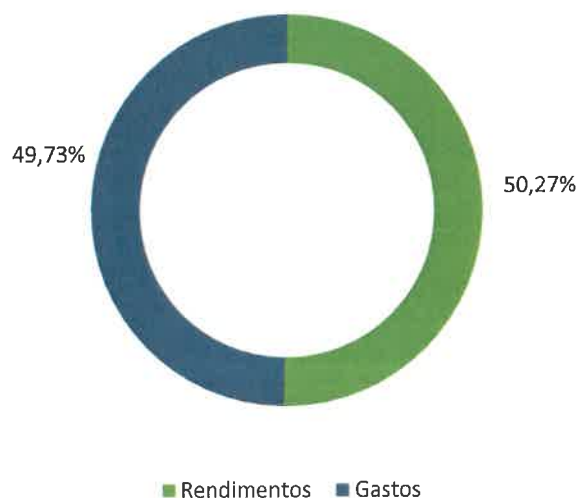
// SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A **VITRUS** no exercício do ano de 2023 apresenta um resultado líquido positivo no valor de 50.457,42 Euros [cinquenta mil, quatrocentos e cinquenta e sete euros e quarenta e dois cêntimos].

// RENDIMENTOS E GASTOS

A diferença entre os rendimentos e gastos é de 94.624,94 Euros [noventa e quatro mil, seiscentos e vinte e quatro euros e noventa e quatro cêntimos], o que significa que a atividade corrente da empresa continua a gerar valor para fazer face aos seus compromissos.

A estrutura de rendimentos e gastos repartiu-se da forma como abaixo se representa:

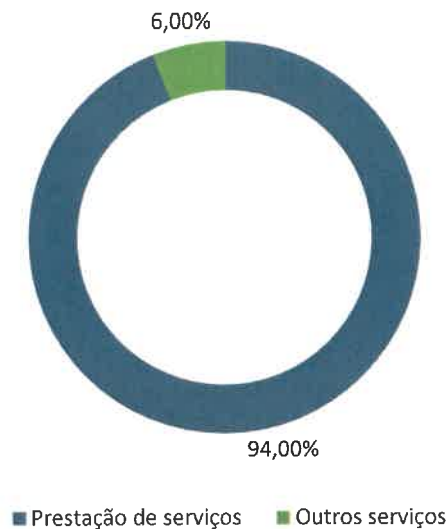


// RENDIMENTOS

Os rendimentos totalizam o valor de 8.317.221,19 Euros, sendo o volume de negócios, durante o ano de 2023, de 7.823.261,43 Euros, fruto da prestação de serviços que é efetuada através áreas de atuação que a empresa detém [Gestão de Resíduos Urbanos, Limpeza Pública, Promoção, Gestão e Fiscalização do Estacionamento Público Urbano e Manutenção de Parques Infantis].

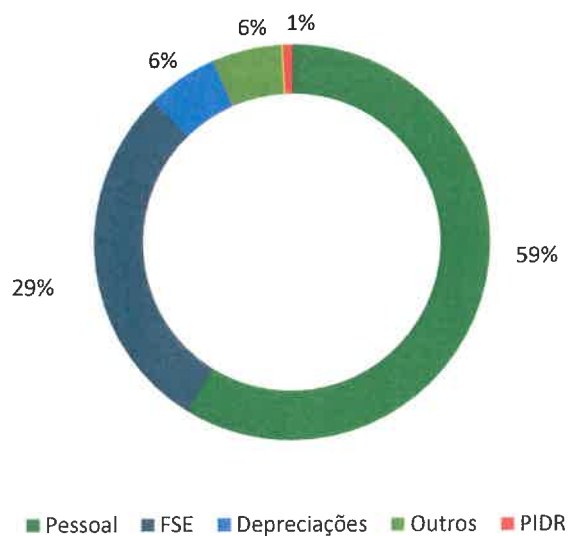
O valor relativo de 6%, no montante de 493.959,86 Euros refere-se aos apoios a programas aprovados pelo IEFEP, à cobrança dos avisos de pagamento prévio e de contraordenações, no exercício da fiscalização das ZEDL, à imputação de subsídios para investimentos, às indemnizações por sinistros, entre outros não especificados.

M
ato
J.



// GASTOS

No que diz respeito aos gastos do exercício de 2023, o valor cifrou-se nos 8.222.596,35 Euros e distribuiu-se em: **Pessoal** [4.833.943,06 Euros] com uma representação de cerca de 59%; **Fornecimento e Serviços Externos** [2.376.223,38 Euros] que representaram cerca de 29%; **Depreciações e Amortizações** [476.815,20 Euros] o equivalente a 6%; **Outros Gastos e Perdas e Juros e Gastos Similares Suportados** [463.570,71 Euros], com uma representatividade de 5% e **Perdas por Imparidade de Dívidas a Receber** [72.044,00 Euros] o equivalente a 1% dos gastos totais.



my
af
↓

// INVESTIMENTOS

Em 2023 o valor do investimento foi de 903.429,73 Euros. Este investimento destinou-se à aquisição de duas viaturas pesadas para recolha de resíduos, de oito viaturas ligeiras de mercadorias, três viaturas ligeiras de passageiros, vinte e cinco parquímetros, entre outros equipamentos básicos. Podemos considerar que o ano 2023 continuou a ser um ano de forte investimento para a VITRUS.

// ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS

Em obediência ao disposto no artigo 210.º da lei n.º 110/2009 de 16 de setembro, informa-se que a entidade não é devedora em mora à Segurança Social, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2023, de responsabilidades cujo pagamento se efetuou nos prazos legais.

A sociedade tem a situação regularizada perante a Autoridade Tributária.

// SINTESE DE INDICADORES

Demonstra-se, de seguida, alguns indicadores económico-financeiros, que nos permitem verificar a “saúde” que a empresa apresentou no ano em análise.

INDICADORES	2023	2022
EBITDA	587.587,25 €	886.834,22 €
EBIT	110.772,05 €	483.664,14 €
Rendibilidade Operacional (EBITDA/VN)	7,51 %	13,95 %
Valor Acrescentado Bruto (VAB)	5.453.712,99 €	4.087.701,59 €
Prazo Médio de Recebimentos [dias]	56	59
Prazo Médio de Pagamentos [dias]	50	26
Autonomia Financeira (CP/A)	56,48 %	67,42 %
Endividamento (P/A)	43,52 %	32,58 %
Solvabilidade (CP/P)	129,76 %	206,94 %
Liquidez Geral	1	1
Liquidez Reduzida	1	1
Rendibilidade do Capital Próprio	2,11 %	16,40 %
Capital Social	255.343,00 €	255.343,00 €
Capital Próprio	2.394.178,91 €	2.399.207,65 €
Volume de Negócios Total	7.823.261,43 €	6.353.642,41 €
Investimento	903.429,73 €	339.392,70 €

// FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Entre a data do Balanço e data da autorização para emissão das Demonstrações Financeiras, não foram recebidas quaisquer informações acerca das condições que existiam à data do Balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes Demonstrações Financeiras

// AÇÕES PRÓPRIAS

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2023, a empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o número de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2023.

// AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES

Para efeitos do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais, a **VITRUS** declara que, para o período em análise, não existiram negócios entre a Sociedade e os seus Administradores.

// PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS

A **VITRUS** está exposta a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, entre outros.

A gestão do risco é conduzida pelo Administrador Executivo com base em políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. O Administrador Executivo identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros.

A **VITRUS** recorre ao crédito bancário para financiar a sua atividade, através de locações financeiras e contas correntes caucionadas.

// PERSPETIVAS FUTURAS

Os objetivos estratégicos da **VITRUS** para o ciclo atual, em todos os níveis em que atua, continuarão a nortear-se pela qualidade do serviço prestado e pela consolidação do investimento. Estes fatores tornam a gestão sustentável de todo o trabalho que levamos à prática.

Em consonância com os objetivos gerais e linhas orientadoras pré-definidas, a gestão da **VITRUS** será sempre pautada e assente nos valores da empresa, sempre com a noção que o futuro será difícil, mas promissor, se implementarmos procedimentos organizativos de gestão que visem aumentar, continuamente, a eficácia e eficiência de toda nossa atuação.

Tentaremos, sempre que possível, dotar e colocar a empresa na “linha da frente” das soluções tecnológicas. Estas ferramentas são, nos dias de hoje, fundamentais para que possamos estar ao nível dos melhores e, ao mesmo tempo, tornarmos a nossa estrutura sempre atual e diferenciadora, em relação a outros.

Com um grande sentido de responsabilidade, que decorre do atual contexto que atravessamos, não baixaremos os braços às dificuldades que porventura se possam apresentar, pelo contrário, tentaremos aproveitar os tempos difíceis para implementar soluções que permitam obter importantes vantagens competitivas e maior eficácia.

Desta forma, continuaremos a orientar a nossa gestão com a finalidade de dar mais escala e sustentabilidade à empresa, apostando na experiência, competência e capacidade dos seus colaboradores, para encararmos o futuro com elevado otimismo e confiança.

// PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da Lei e dos Estatutos da empresa, o Conselho de Administração da **VITRUS**, submete à apreciação da Assembleia Geral e propõe que seja aprovado o Relatório e Contas do Exercício de 2023, assim como a aplicação do Resultado Líquido do Período de **50.457,42 Euros** [cinquenta mil, quatrocentos e cinquenta e sete euros e quarenta e dois cêntimos], da seguinte forma:

Reserva Legal [10%]	5.045,74 Euros
----------------------------	----------------

Conforme art.º 295.º do CSC e n.º 2 do art.º 28.º dos Estatutos da empresa

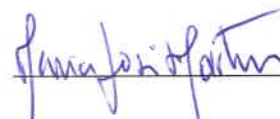
Resultados Transitados	45.411,68 Euros
-------------------------------	-----------------

Guimarães, 26 de março de 2024

O Conselho de Administração



Presidente
Sérgio Alberto Castro da Rocha



Administrador Executivo
João Pedro O. Martins Castro



Administradora Não Executiva
Maria José Teixeira Martins

7
30
↓

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO
PERÍODO DE 2023

1. Nos termos do Artigo 447º, do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que a participação dos órgãos sociais de Administração e de Fiscalização no Capital Social é a seguinte:

- Conselho de Administração

	Quantidade Nominal	Valor em €	% Capital
Sérgio Castro Rocha - Presidente	0	0	0
João Pedro Oliveira Martins Castro – Administrador Executivo	0	0	0
Maria José Teixeira Martins – Administradora Não Executiva	0	0	0
TOTAL	0	0	0

- Fiscal Único

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda.

Representado por:

Dr. Gaspar Vieira de Castro

Suplente do Fiscal Único:

Dra. Anabela Barbosa Dias

Os seus membros não possuem qualquer ação da sociedade.

2. Nos termos do Artigo 448º, do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os acionistas titulares de, pelo menos, um décimo do Capital Social:

Acionistas	Quantidade Nominal	Valor em €	% Capital
Município de Guimarães	255343	255.343,00	100
TOTAL	255343	255343,00	100

// DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

[montantes expressos em Euros]

BALANÇO

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

FLUXOS DE CAIXA

ALTERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31-12-2023

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

BALANÇO

Rubricas	Notas	31-12-2023	31-12-2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	2 491 998,73	2 056 658,69
Ativos intangíveis	9	20 539,55	29 265,06
Outros investimentos financeiros	12.2	49 114,67	44 650,57
Subtotal		2 561 652,95	2 130 574,32
Ativo corrente			
Clientes	12.1	1 196 517,29	1 021 775,01
Estado e outros entes públicos	15.1	52 453,48	0,00
Outros créditos a receber	12.1	8 571,15	3 171,02
Diferimentos	15.2	34 523,08	62 239,18
Caixa e depósitos bancários	5	385 512,70	340 801,99
Subtotal		1 677 577,70	1 427 987,20
Total do Ativo		4 239 230,65	3 558 561,52
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital próprio			
Capital subscrito	15.3	255 343,00	255 343,00
Reservas legais	15.3	190 173,44	150 823,00
Outras Reservas	15.3	890 780,00	636 520,00
Resultados transitados	15.3	811 598,64	711 704,65
Outras variações no capital próprio	14	195 826,41	251 312,57
Subtotal		2 343 721,49	2 005 703,22
Resultado líquido do período		50 457,42	393 504,43
Total do Capital Próprio		2 394 178,91	2 399 207,65
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	8/12.3	274 741,60	69 803,70
Subtotal		274 741,60	69 803,70
Passivo corrente			
Fornecedores	12.1	328 620,93	159 130,19
Estado e outros entes públicos	15.1	201 823,74	147 580,45
Financiamentos obtidos	8/12.3	271 233,19	163 554,90
Outras dívidas a pagar	12.1	768 632,28	619 284,63
Subtotal		1 570 310,14	1 089 550,17
Total Passivo		1 845 051,74	1 159 353,87
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		4 239 230,65	3 558 561,52

A Contabilista Certificada



Sandra Eduarda Gonçalves Ribeiro
Cédula profissional n.º 57501

O Conselho de Administração



Presidente
Sérgio Castro Rocha

Administrador Executivo
João Pedro Castro

Administradora Não Executiva
Maria José Teixeira Martins

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

Rendimentos e Gastos	Notas	2023	2022
Vendas e serviços prestados	10	7 823 261,43	6 353 642,41
Subsídios à exploração	15.6	6 674,94	9 714,94
Fornecimentos e serviços externos	15.4	-2 376 223,38	-2 275 655,76
Gastos com pessoal	13	-4 833 943,06	-3 553 054,29
Imparidade de dívidas a receber (perdas)	6	-72 044,00	0,00
Outros rendimentos	15.5	487 284,92	487 118,26
Outros gastos	15.7	-447 423,60	-134 931,34
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		587 587,25	886 834,22
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	7/8/9	-476 815,20	-403 170,08
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		110 772,05	483 664,14
Juros e gastos similares suportados	15.8	-16 147,11	-4 271,27
Resultado antes de impostos		94 624,94	479 392,87
Impostos sobre o rendimento do período	11	-44 167,52	-85 888,44
Resultado líquido do período		50 457,42	393 504,43

A Contabilista Certificada



Sandra Eduarda Gonçalves Ribeiro
Cédula profissional n.º 57501

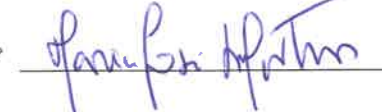
O Conselho de Administração



Presidente
Sérgio Castro Rocha



Administrador Executivo
João Pedro Castro

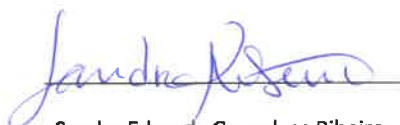


Administradora Não Executiva
Maria José Teixeira Martins

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Rubricas	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa de atividades operacionais - Método direto			
Recebimentos de clientes		8 208 038,41	6 487 336,27
Pagamentos a fornecedores		-2 383 226,24	-2 528 406,83
Pagamentos ao pessoal		-3 707 669,27	-2 696 253,53
Caixa geradas pelas operações		2 117 142,90	1 262 675,91
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-99 796,44	-49 143,42
Outros recebimentos/pagamentos		-1 293 055,80	-739 538,00
Fluxos das atividades operacionais (1)		724 290,66	473 994,49
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-358 623,43	-294 371,25
Ativos intangíveis		0,00	-3 376,35
Investimentos financeiros		-6 136,57	-13 061,02
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		1 305,87	2 001,68
Subsídios ao investimento		0,00	25 827,07
Fluxos das atividades de investimento (2)		-363 454,13	-282 979,87
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-299 978,71	-226 177,94
Juros e gastos similares		-16 147,11	-4 450,49
Fluxos de atividades de financiamento (3)		-316 125,82	-230 628,43
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		44 710,71	-39 613,81
Caixa e seus equivalentes no início do período		340 801,99	380 415,80
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	385 512,70	340 801,99

A Contabilista Certificada



Sandra Eduarda Gonçalves Ribeiro
Cédula profissional n.º 57501

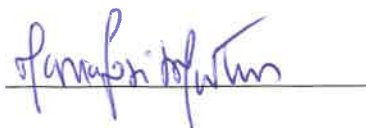
O Conselho de Administração



Presidente
Sérgio Castro Rocha



Administrador Executivo
João Pedro Castro



Administradora Não Executiva
Maria José Teixeira Martins

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO NOS PERÍODOS 2022 E 2023

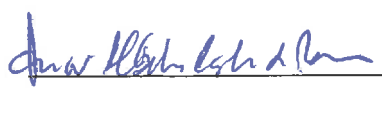
Descrição	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras Reservas	Resultados transitados	Outras variações no CP	Resultado líquido do período	Total CP
Posição 1 de Janeiro 2022		255 343,00	116 374,49	418 870,00	619 318,11	306 798,05	344 485,05	2 061 188,70
Alterações no período		0,00	34 448,51	217 650,00	92 386,54	-55 485,48	-344 485,05	-55 485,48
Outras alterações reconhecidas no CP		0,00	34 448,51	217 650,00	92 386,54	-55 485,48	-344 485,05	-55 485,48
Resultado líquido do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	393 504,43	393 504,43
Resultado integral		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49 019,38	0,00
Operações c/detentores cap. período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição 31 dezembro 2022	15.3	255 343,00	150 823,00	636 520,00	711 704,65	251 312,57	393 504,43	2 399 207,65
Posição 1 de Janeiro 2023		255 343,00	150 823,00	636 520,00	711 704,65	251 312,57	393 504,43	2 399 207,65
Alterações no período		0,00	39 350,44	254 260,00	99 893,99	-55 486,16	-393 504,43	-55 486,16
Outras alterações reconhecidas no CP	15.3	0,00	39 350,44	254 260,00	99 893,99	-55 486,16	-393 504,43	-55 486,16
Resultado líquido do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50 457,42	50 457,42
Resultado integral		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-343 047,01	0,00
Operações c/detentores cap. período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição 31 dezembro 2023	15.3	255 343,00	190 173,44	890 780,00	811 598,64	195 826,41	50 457,42	2 394 178,91

A Contabilista Certificada



Sandra Eduarda Gonçalves Ribeiro
Cédula profissional n.º 57501

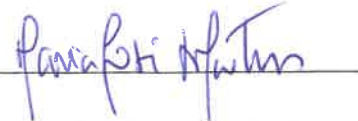
O Conselho de Administração



Presidente
Sérgio Castro Rocha



Administrador Executivo
João Pedro Castro



Administradora Não Executiva
Maria José Teixeira Martins

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31-12-2023

(Montantes expressos em Euros)

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

1.1 - Designação

Vitrus Ambiente, Empresa Municipal, S.A.

1.2 – Sede

Avenida Cónego Gaspar Estação, n.º 606, Oliveira do Castelo, 4810-266 Guimarães.

1.3 - Natureza da atividade e enquadramento jurídico-legal

A Vitrus Ambiente, Empresa Municipal, S.A., adiante designada por Vitrus, é uma empresa local de âmbito municipal, sob a forma jurídica de sociedade anónima, ao abrigo do novo regime jurídico do setor empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. Foi constituída por escritura pública outorgada no dia 8 de setembro de 2010, na Notariado Privativo da Câmara Municipal de Guimarães tendo iniciado sua atividade no dia 1 de outubro do mesmo ano. A entidade tem por objeto social mediante delegação de competências da Câmara Municipal de Guimarães, as seguintes atividades de interesse geral:

1. Gestão de resíduos urbanos e limpeza pública:
 - Recolha e transporte de resíduos urbanos a destino final;
 - Limpeza de instalações, espaços e vias públicas.

2. Promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano:
 - Parques públicos;
 - Zona de estacionamento de duração limitada (ZEDL).

1.4 – Designação e sede da empresa-mãe

Câmara Municipal de Guimarães

Largo Cónego José Maria Gomes, Oliveira do Castelo, 4804-534, Guimarães.

2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho, com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de setembro, as alterações resultantes da lei n.º 20/2010 de 23 de agosto, do decreto-lei 36 A /2011 de 9 de março e do Decreto-lei n.º 98/2015 de 2 de Junho de acordo com a estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas consignadas, respetivamente, nos Avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 julho, e estão de acordo com a modelização e codificação aprovadas pelas Portarias 220/2015, de 24 julho, e 218/2015, de 23 julho.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade das operações da empresa e no regime do acréscimo, com expressão dos respetivos montantes em euros.

2.2 - Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Todo o conteúdo das contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com os do período anterior

3 – ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF

O conjunto dos normativos que integram o SNC foi sempre utilizado pela Vitrus, na elaboração de demonstrações financeiras completas, na medida que a empresa iniciou a sua atividade em finais de 2010.



4 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

4.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Vitrus, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

Para as obras em “edifícios e em outras construções de propriedade alheia” as taxas de depreciação são calculadas com base no correspondente período de utilidade esperada. Os gastos de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da alienação ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e a sua quantia escriturada na data de alienação ou abate, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas, nas rubricas “Outros Rendimentos” ou “Outros Gastos”.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	entre 10 e 15 anos
Equipamento administrativo	entre 5 e 10 anos
Equipamento básico	entre 5 e 8 anos
Equipamento de transporte	entre 1 e 10 anos
Outros AFT	8 anos

ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao seu custo de aquisição deduzido das amortizações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são

calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo intangível	Vida útil estimada
Programas de computador	6 anos
Programa antivírus	3 anos

RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Nos termos do código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas “IRC”, a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados, encontra-se sujeita a tributação, à taxa normal de 17% na parte da matéria coletável que não ultrapasse os 50 000 euros e à taxa de 21% na parte excedente, incrementada pela aplicação da Derrama á taxa máxima de 1,5 %.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações relativas aos anos de 2020 a 2023 poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que, das eventuais correções, venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é apurado pelo lucro tributável, o qual se baseia no lucro do exercício e em algumas variações em rubricas do capital próprio. O lucro tributável difere ainda do resultado contabilístico uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios (diferenças temporárias). O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis (diferenças permanentes).

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação, sendo mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato e a forma como as consequências fiscais se irão refletir.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. São ainda reconhecidos créditos fiscais por reporte de prejuízos (equiparados a ativos por imposto diferidos). Porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existam expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos ativos sejam revertidos, e de que a diferença temporária se reverte num futuro previsível. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto se não houver perspectiva concreta que os mesmos venham a ser liquidados no futuro.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes e outros créditos a receber

As rubricas de “Clientes” e “Outras créditos a receber” são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que a entidade adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de “Fornecedores” e “Outras dívidas a pagar” serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos apresentados na rubrica “Fornecedores” e “Outras dívidas a pagar” são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo amortizado (usando o método do juro efetivo), deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as

obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes sejam diretamente atribuíveis á aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas.

Instrumentos de Capital próprio

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não exista uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, evidenciando um interesse residual nos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos.

As ações próprias são contabilizadas pelo seu custo de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos e perdas inerentes à alienação das ações próprias são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação, não afetando o resultado do período.

SUBSÍDIOS

Os subsídios estatais são reconhecidos apenas quando existir segurança de que a empresa cumprirá as condições inerentes à sua atribuição designadamente o investimento efetivo nas aplicações relevantes, e que os subsídios serão recebidos. Os subsídios ao investimento recebidos com o objetivo de compensar a empresa por investimentos efetuados em ativos imobilizados são incluídos na rubrica outras variações nos capitais próprios, consoante o período esperado do seu reconhecimento, e reconhecidos em resultados durante a vida útil estimada do respetivo ativo subsidiado por dedução ao valor das respetivas amortizações. Os subsídios à exploração, recebidos com o objetivo de compensar a empresa por gastos incorridos, são registados na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que aqueles subsídios visam compensar, bem como o valor acumulado dos períodos anteriores ao reconhecimento inicial do subsídio.



LOCAÇÕES

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do ativo é registado no Ativo fixo tangível, a correspondente responsabilidade é registada no passivo na rubrica de Financiamentos obtidos, e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do ativo, são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam. As locações em que uma parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade é assumida pelo locador sendo a empresa locatário, são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efetuados nas locações operacionais, líquidos de quaisquer incentivos recebidos do locador, são registados na demonstração dos resultados durante o período da locação.

PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A empresa não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.”

IMPARIDADES DE ATIVOS

A Empresa avalia, à data de balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica “Imparidade de Investimentos depreciáveis/amortizáveis” ou “Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis”. A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o seu valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação da imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre situações que ocorram após essa data são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materialmente relevantes.

PERIODIZAÇÕES

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Administração da Vitrus. São ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social, os gastos com seguros de acidentes de trabalho e outros gastos de ação social.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo. De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão da empresa, quer por mútuo acordo são reconhecidos como gastos no período que cessam.

4.2 - Outras Políticas contabilísticas relevantes

Não foram adotadas outras políticas contabilísticas relevantes.

4.3 – Juízos de valor, executando os que envolvem estimativas, que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as NCRF exigiu que o Órgão de Gestão formulasse julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos rendimentos e gastos.

As estimativas e pressupostos associados foram baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formaram a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem divergir das estimativas.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um outro tratamento tivesse sido escolhido, a Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

4.4 - Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano contabilístico seguinte.

Não foram identificadas pelo Órgão de Gestão da Empresa situações que coloquem em causa a sua continuidade, deste modo as Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações.

4.5 - Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte.

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir daquelas estimativas.

5 - FLUXOS DE CAIXA

Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários estão desagregados da seguinte forma a 31 de dezembro de 2023:

Descrição	Conta	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	11	57 108,58	37 355,85
Depósitos à ordem	12	328 404,12	303 446,14
Totais meios financeiros líquidos		385 512,70	340 801,99

6 – PARTES RELACIONADAS

I) Relacionamentos com a empresa-mãe

Empresa-mãe: CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES.

a) Remunerações do pessoal chave da gestão

Remuneração do conselho de administração: apenas o administrador executivo auferiu por parte da Vitrus remuneração mensal bruta no valor de 3.023,58 euros, à qual é deduzida a taxa remuneratória de 5% por se tratar de um gestor público no valor de 151,17€ e acrescida de despesas de representação no valor de 592,89 euros.

b) Transações e saldos pendentes entre partes relacionadas

i) Natureza do relacionamento – empresa mãe: foi celebrado um contrato de gestão entre o Município de Guimarães e a Vitrus, o qual rege o relacionamento entre as partes no âmbito da prestação dos serviços de interesse geral, cuja atividade assegura a satisfação das necessidades básicas dos cidadãos onde se incluem os serviços de limpeza de espaços, instalações e edifícios públicos municipais, a limpeza pública e manutenção dos parques infantis, a recolha de resíduos urbanos e a promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano.

- ii) Transações: a Vitrus prestou serviços de recolha de resíduos urbanos, serviços de limpezas de espaços, instalações e edifícios públicos municipais, limpeza pública e manutenção dos parques infantis, e promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano, durante o ano de 2023, à Câmara Municipal de Guimarães.
- iii) Saldos pendentes (valores com IVA): a rubrica do balanço “clientes” apresenta um saldo devedor no valor de 1.196.517,29€ (em 2022: 1.021.775,01€) dos quais 277.530,12€ (em 2022: 206.106,10€), dizem respeito ao Município referente ao serviço de limpeza pública, dos edifícios, da ecovia do Ave, da manutenção dos equipamentos dos parques infantis e espaços verdes dos recintos escolares, da gestão do parque de Camões, no mês de dezembro. A rubrica do balanço “fornecedores” apresenta um saldo credor de 328.620,93€ (em 2022: 159.130,19€) dos quais 113.324,91€ (em 2022: 0,00€) correspondem ao Município.
- iv) Em 2023 o volume total de transações (valores com IVA) com o Município de Guimarães foi de 2.029.245,30€ (em 2022: 1.638.658,97€) na ótica de nosso cliente e de 632.332,07€ (em 2022: 257.020,47€) enquanto nosso fornecedor, sendo que 345.994,06€ correspondem à taxa de gestão de resíduos.

II) Relacionamentos com a empresa VIMÁGUA – EIM, SA. – empresa do grupo Município de Guimarães.

a) Transações e saldos pendentes entre partes relacionadas

De modo a aproveitar a base de dados dos munícipes de Guimarães, a Vimágua fatura e recebe em nome da Vitrus os contratos com tarifa de recolha de resíduos afetos à Vitrus. Em 2023, a Vimágua faturou em nome da Vitrus 5.025.328,98€ (em 2022: 4.048.508,84€) e transferiu-lhe 4.852.323,72€ (em 2022: 3.913.159,46€), sendo que se criou imparidades no valor de 72.044,00€ e se anulou 3.774,87€ de dívidas incobráveis. O saldo pendente em 31 de dezembro é de 881.467,34€ (em 2022: 783.980,05€), valores não sujeitos a IVA, art.º 2 n.º 2 do CIVA.

Em contrapartida a Vimágua faturou esse serviço de faturação à Vitrus no valor de 86.326,11€ (em 2022: 92.264,03€), tendo sido integralmente pago pela Vitrus (valores com IVA). O saldo pendente no valor de 1.148,57€ refere-se a consumos de água pela Vitrus.

III) Relacionamentos com a empresa RESINORTE - VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO RESÍDUOS SÓLIDOS, SA.

a) Transações e saldos pendentes entre partes relacionadas

Em 2023, a Vitrus continuou com o acordo de parceria com a Resinorte, celebrado em 2020, ao abrigo da implementação do sistema Pay-As-You-Throw – PAYT – na zona histórica do Centro Histórico de Guimarães e na zona envolvente ao Centro Histórico. No âmbito desse protocolo são estabelecidas parcerias para a promoção de atividades de sensibilização no domínio do ambiente, com especial ênfase na promoção da redução, separação e reutilização dos resíduos. A Vitrus passou a efetuar a recolha e o transporte de resíduos no âmbito PAYT, de acordo as orientações técnicas dadas pela Resinorte.

Nesse sentido a Vitrus faturou à Resinorte a quantia de 98.268,26€ (em 2022: 86.434,93€), valores não sujeitos a IVA, estando pendente 25.442,38€ (em 2022: 24.487,09€), à data de 31 de dezembro de 2023.

7 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

- Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.
- As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

Descrição	31/12/2022	Adições	Revaloriz.	Abate	Transf.	31/12/2023
Ativos fixos tangíveis						
Terreno e recursos naturais	101 935,00	0,00				101 935,00
Edifícios e outras construções	448 347,43	0,00				448 347,43
Equipamento básico	2 151 951,57	303 715,03				2 455 666,60
Equipamento de transporte	1 506 204,26	565 933,91				2 072 138,17
Equipamento administrativo	185 573,09	24 269,92				209 843,01
Outros ativos fixos tangíveis	35 592,83	4 332,81				39 925,64
AFT em curso	12 954,90	5 178,06			0,00	18 132,96
Ativo fixo tangível bruto	4 442 559,08	903 429,73	0,00	0,00	0,00	5 345 988,81
Depreciações	2 385 900,39	468 089,69				2 853 990,08
Depreciações acumuladas	2 385 900,39	468 089,69	0,00	0,00	0,00	2 853 990,08
Ativo tangível líquido	2 056 658,69	435 340,04	0,00	0,00	0,00	2 491 998,73

Descrição	31/12/2021	Adições	Revaloriz.	Abate	Transf.	31/12/2022
Ativos fixos tangíveis						
Terreno e recursos naturais	101 935,00	0,00				101 935,00
Edifícios e outras construções	448 347,43	0,00				448 347,43
Equipamento básico	2 007 276,00	144 675,57				2 151 951,57
Equipamento de transporte	1 343 381,40	162 822,86				1 506 204,26
Equipamento administrativo	169 991,12	15 581,97				185 573,09
Outros ativos fixos tangíveis	25 605,04	9 987,79				35 592,83
AFT em curso	9 836,28	3 118,62			0,00	12 954,90
Ativo fixo tangível bruto	4 106 372,27	336 186,81	0,00	0,00	0,00	4 442 559,08
Depreciações	1 992 350,41	393 549,98				2 385 900,39
Depreciações acumuladas	1 992 350,41	393 549,98	0,00	0,00	0,00	2 385 900,39
Ativo tangível líquido	2 114 021,86	-57 363,17	0,00	0,00	0,00	2 056 658,69

8 – LOCAÇÕES

Locações financeiras

- Quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada ativo:

A depreciação dos bens em locação financeira incide sobre o valor de aquisição.

Ativo não corrente			
Ativo fixo tangível	Valor aquisição	Depreciações acumuladas	Valor líquido
Viatura pesada 19 ton. Volvo (AJ-49-UO)	217 414,80	47 106,54	170 308,26
25 parquímetros	112 250,00	14 031,25	98 218,75
Viatura pesada 19 ton. Volvo (AV-32-SV)	232 322,40	21 296,22	211 026,18
5 viaturas ligeiras de mercadoria	87 703,95	10 049,40	77 654,55
2 viaturas ligeiras de passageiros bi-fuel	29 089,89	606,03	28 483,86
Viatura pesada merc.12 ton. Volvo (AN-50-LT)	151 228,50	1 260,24	149 968,26
Total	830 009,54	94 349,68	735 659,86

- Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos:

Descrição	Ano 2024	> 1 ano e = 5 anos	> 5 anos	Total
Caixa Geral de Depósitos, S.A. Contrato n.º CAUTO/100134796	70 822,42	0,00	0,00	70 822,42
Caixa Geral de Depósitos, S.A. Contrato n.º CMOB/100144081	37 144,39	38 723,22	0,00	75 867,61
Caixa Geral de Depósitos, S.A. Contrato n.º CAUTO/100143953	76 675,81	86 730,27	0,00	163 406,08
Caixa Geral de Depósitos, S.A. Contrato n.º CAUTO/100143954	28 943,16	32 733,45	0,00	61 676,61
Caixa Geral de Depósitos, S.A. Contrato n.º CAUTO/100151169	9 300,15	18 139,35	0,00	27 439,50
Caixa Geral de Depósitos, S.A. Contrato n.º CAUTO/100151249	48 347,26	98 415,31	0,00	146 762,57
Total das locações financeiras	271 233,19	274 741,60	0,00	545 974,79

Locações financeiras

- Quantia escriturada líquida à data de 31/12/2022, para cada ativo:

Ativo não corrente			
Ativo fixo tangível	Valor aquisição	Depreciações acumuladas	Valor líquido
Viatura pesada 19 ton. Volvo (65-RB-29) e contentor nextra 15 m3	192 372,00	145 065,41	47 306,59
40 contentores ("moloks")	111 684,00	29 084,38	82 599,62
43 contentores ("moloks")	119 531,40	18 676,79	100 854,61
Viatura pesada 19 ton. Volvo (AJ-49-UO)	217 414,80	25 365,06	192 049,74
Total	641 002,20	218 191,64	422 810,56

- Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data de 31/12/2022, e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos:

Descrição	Ano 2023	> 1 ano e = 5 anos	> 5 anos	Total
Caixa Leasing e Factoring - IFIC, SA Contrato n.º 100088710	10 210,27	0,00	0,00	10 210,27
Caixa Leasing e Factoring, S.A. Contrato n.º CMOB/100127763	35 858,80	0,00	0,00	35 858,80
Caixa Geral de Depósitos, S.A. Contrato n.º CMOB/100134003	46 523,90	0,00	0,00	46 523,90
Caixa Geral de Depósitos, S.A. Contrato n.º CAUTO/100134796	70 961,93	69 803,70	0,00	140 765,63
Total das locações financeiras	163 554,90	69 803,70	0,00	233 358,60

9 - ATIVOS INTANGÍVEIS

- Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações.
- As amortizações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

Descrição	31/12/2022	Adições	Revaloriz.	Abate	Transf.	31/12/2023
Ativos intangíveis						
Programas de computador	89 738,48	0,00	0,00	0,00	0,00	89 738,48
AI em curso	0,00	0,00			0,00	0,00
Ativo fixo tangível bruto	89 738,48	0,00	0,00	0,00	0,00	89 738,48
Amortizações	60 473,42	8 725,51	0,00	0,00	0,00	69 198,93
Amortizações acumuladas	60 473,42	8 725,51	0,00	0,00	0,00	69 198,93
Ativo intangível líquido	29 265,06	-8 725,51	0,00	0,00	0,00	20 539,55

Descrição	31/12/2021	Adições	Revaloriz.	Abate	Transf.	31/12/2022
Ativos intangíveis						
Programas de computador	86 532,59	3 205,89	0,00	0,00	0,00	89 738,48
AI em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo fixo tangível bruto	86 532,59	3 205,89	0,00	0,00	0,00	89 738,48
Amortizações	50 853,32	9 620,10	0,00	0,00	0,00	60 473,42
Amortizações acumuladas	50 853,32	9 620,10	0,00	0,00	0,00	60 473,42
Ativo intangível líquido	35 679,27	-6 414,21	0,00	0,00	0,00	29 265,06

10 - RÉDITO

Quantia de cada categoria de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Rendimentos	2023	2022
Prestações de serviços		
Higiene urbana	6 019 415,38	4 788 808,88
Limpeza edifícios públicos	828 914,91	690 669,41
Recolha de parques de estacionamento	381 986,17	362 198,53
Recolha de parcómetros	515 929,97	420 688,07
Limpeza e manutenção dos equipamentos infantis	77 015,00	91 277,52
Total	7 823 261,43	6 353 642,41

11 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento reconhecido na demonstração dos resultados do exercício findo pode ser detalhado como segue:

Descrição	2023	2022
Resultado antes imposto	94 624,94	479 392,87
Resultado antes imposto sujeito	94 624,94	479 392,87
Taxa imposto	21,00%	21,00%
Imposto sobre rendimento*	44 167,52	85 888,44

*Inclui tributação autónoma

12 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

12.1 - Fornecedores/clientes/outros créditos a receber e dívidas a pagar/pessoal

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica de fornecedores/clientes/outros créditos a receber e dívidas a pagar e pessoal apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Ativo						
Clientes	1 196 517,29	0,00	1 196 517,29	1 021 775,01	0,00	1 021 775,01
Outros créditos a receber	8 571,15	0,00	8 571,15	3 171,02	0,00	3 171,02
Total do ativo	1 205 088,44	0,00	1 205 088,44	1 024 946,03	0,00	1 024 946,03
Passivo						
Fornecedores	328 620,93	0,00	328 620,93	159 130,19	0,00	159 130,19
Outras dívidas a pagar	768 632,28	0,00	768 632,28	619 284,63	0,00	619 284,63
Total passivo	1 097 253,21	0,00	1 097 253,21	778 414,82	0,00	778 414,82
Total líquido	107 835,23	0,00	107 835,23	246 531,21	0,00	246 531,21

As Outras dívidas a pagar englobam essencialmente as seguintes rubricas:

- Fornecedores de investimento no valor de 3.418,61€ (em 2022: 65.165,73€);

- Credores por acréscimos de gastos no valor de 695.468,05€ (em 2022: 469.778,17€);
- Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) – imposto associado – no valor de 56.852,57€ (em 2022: 72.961,47€).

12.2 – Outros investimentos financeiros

Trata-se das contribuições mensais, iniciadas no ano de 2014, para os fundos de compensação do trabalho (FCT), associados a colaboradores da Vitrus abrangidos.

Em 31 de dezembro de 2023, os FCT apresentavam o valor de 49.114,67€, comparativamente com a quantia de 44.650,57€ em finais de 2022.

12.3 – Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica de «financiamentos obtidos» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Financiamentos obtidos						
Passivos						
Locações financeiras	271 233,19	274 741,60	545 974,79	163 554,90	69 803,70	233 358,60
Total	271 233,19	274 741,60	545 974,79	163 554,90	69 803,70	233 358,60

13 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com pessoal	2023	2022
Remuneração do membro do órgão social	48 305,33	54 296,09
Encargos s/ remun. do membro do órgão social	11 069,83	12 455,66
Remunerações do pessoal	3 670 335,51	2 668 616,43
Encargos sobre remunerações	761 449,46	556 849,96
Indemnizações	260,53	0,00
Acréscimos remunerações a liquidar	134 974,83	80 040,60
Seguros de acidentes trabalho	130 205,61	95 690,68
Outros gastos	77 341,96	85 104,87
Total	4 833 943,06	3 553 054,29

A rubrica «outros gastos pessoal» inclui maioritariamente gastos com indumentária.

O número médio de empregados durante o período de 2023 foi de 241.
 A 31 de dezembro de 2023 o número de colaboradores era de 248, por comparação dos 222 em 31 de dezembro de 2022.

14- APOIOS

Os subsídios do governo encontram-se inicialmente reconhecidos no Capital Próprio da entidade, na conta 593 – Subsídios. O reconhecimento subsequente dos subsídios como rendimento ocorre na proporção quer das depreciações dos ativos subsidiados na conta 7883 – Imputação de subsídios para investimentos.

Rubricas				
Outras variações no capital próprio	Saldo final	Movimento	Movimento	Saldo Final
Subsídio ao investimento	(31-12-2022)	débito	crédito	(31-12-2023)
Subsídio atribuído (conta 5931)	324 274,04	-71 595,06	0,00	252 678,98
Ajustamentos em subsídio (conta 5932)	-72 961,47	0,00	16 108,90	-56 852,57
Total (conta 59)	251 312,57	-71 595,06	16 108,90	195 826,41

Rubricas				
Outras variações no capital próprio	Saldo final	Movimento	Movimento	Saldo Final
Subsídio ao investimento	(31-12-2021)	débito	crédito	(31-12-2022)
Subsídio atribuído (conta 5931)	395 868,42	-71 594,38	0,00	324 274,04
Ajustamentos em subsídio (conta 5932)	-89 070,37	0,00	16 108,90	-72 961,47
Total (conta 59)	306 798,05	-71 594,38	16 108,90	251 312,57

A Operação “Implementação do Sistema *Pay-as-You-Throw* – PAYT na Zona Envolvente ao Centro Histórico de Guimarães” dá continuidade ao trabalho que tem sido desenvolvido e alargar a área de abrangência do Projeto PAYT em Guimarães.

O projeto tem demonstrado boa recetividade e esperam-se resultados muito positivos, em conformidade com as metas estabelecidas ao incrementar a recolha seletiva de resíduos e ao desincentivar à produção de resíduos indiferenciados, por aplicação do princípio poluidor-pagador.

15 - OUTRAS INFORMAÇÕES

15.1 – Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica de «estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Estado e outros entes públicos						
Ativos						
IRC a recuperar	52 453,48	0,00	52 453,48	0,00	0,00	0,00
IVA a recuperar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	52 453,48	0,00	52 453,48	0,00	0,00	0,00
Passivos						
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00	0,00	3 175,44	0,00	3 175,44
Retenção de imposto sobre o rendimento	41 092,07	0,00	41 092,07	32 376,05	0,00	32 376,05
IVA a pagar	75 024,83	0,00	75 024,83	41 296,83	0,00	41 296,83
Contribuições segurança social	83 348,91	0,00	83 348,91	68 476,18	0,00	68 476,18
Outras tributações (fundos compensação)	2 357,93	0,00	2 357,93	2 255,95	0,00	2 255,95
Total	201 823,74	0,00	201 823,74	147 580,45	0,00	147 580,45

15.2 - Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica de diferimentos apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Ativos						
Gastos a reconhecer						
Seguros	27 068,71	0,00	27 068,71	52 132,14	0,00	52 132,14
Rendas	1 768,98	0,00	1 768,98	0,00	0,00	0,00
Outros	5 685,39	0,00	5 685,39	10 107,04	0,00	10 107,04
Total	34 523,08	0,00	34 523,08	62 239,18	0,00	62 239,18

15.3 - Capital próprio

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica de capital próprio apresentava a seguinte decomposição:

	31/12/2023	31/12/2022
Capital próprio		
Capital subscrito	255 343,00	255 343,00
Reservas Legais	190 173,44	150 823,00
Reservas Especiais para Investimento	890 780,00	636 520,00
Resultados transitados	811 598,64	711 704,65
Outras variações no capital próprio	195 826,41	251 312,57
Resultado líquido do período	50 457,42	393 504,43
Total	2 394 178,91	2 399 207,65

15.4 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica de fornecimentos e serviços externos apresentava a seguinte decomposição:

Fornecimentos e serviços externos	2023	2022
Serviços especializados	728 175,04 €	675 565,36 €
Trabalhos Especializados	120 151,90	188 385,37
Honorários	33 319,19	19 667,01
Conservação e reparação	526 269,27	441 048,03
Outros	48 434,68	26 464,95
Materiais	159 243,30	111 152,81
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	129 416,97	93 455,26
Outros	29 826,33	17 697,55
Energia e fluidos	685 002,08	666 010,47
Combustíveis	636 536,66	617 609,42
Outros	48 465,42	48 401,05
Deslocações, estadas e transportes	14 142,48	8 452,16
Deslocações e estadas	14 142,48	8 452,16
Serviços diversos	789 660,48	814 474,96
Rendas e alugueres	455 751,68	435 852,21
Outros	333 908,80	378 622,75
Total	2 376 223,38	2 275 655,76

15.5 - OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica “outros rendimentos” contempla fundamentalmente as taxas pagas pelos munícipes aquando incumprimento na utilização do estacionamento público de duração limitada onde existem parcometros, sendo o valor de 219.974,20€ (em 2022: 130.901,01€).

A Vitrus recebeu em contraordenações (tramitação dos avisos de pagamento prévio) 166.539,88€ (em 2022: 263.869,50€).

Também abrange a imputação de subsídios para o investimento que ascende a quantia de 71.595,06€ (em 2022: 71.594,38€), entre outras rubricas de valor residual (que totalizam o valor de 29.175,78€ (em 2022: 20.753,37€).

15.6 – SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Os “subsídios à exploração”, no valor de 6.674,94€ (em 2022: 9.714,94€), dizem respeito a recebimentos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), no âmbito de Estágios Profissionais de Emprego e de contratos de emprego inserção.

15.7 – OUTROS GASTOS

A rubrica “outros gastos” incorpora fundamentalmente, a devolução ao Município de Guimarães da taxa de gestão de resíduos (TGR) no valor de 382.291,76€ (em 2022: 0,00€), as devoluções à Direção Geral do Tesouro (DGT) e à Autoridade Nacional Segurança Rodoviária (ANSR) das participações, a que têm direito, relativas às contraordenações, no valor de 35.044,50€ (em 2022 foi de 117.981,00€), dos impostos indiretos no valor de 6.755,26€ (em 2022 foi de 5.211,26€), indemnizações pagas por danos causados a terceiros no valor de 14.505,39€ (em 2022 foi de 4.863,98€), dívidas incobráveis associadas aos utentes de resíduos no valor de 3.774,87€ (em 2022: 0,00€), entre outras rúbricas residuais que totalizam o valor de 5.051,82€ (em 2022: 6.875,10€).

15.8 – JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Os “juros e gastos similares suportados” apresentam um total no valor de 16.147,11€, (em 2022: 4.271,27€), associado aos contratos de locações financeiras.

15.9 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da Lei e dos Estatutos da empresa, o Conselho de Administração da VITRUS AMBIENTE, EM, SA, submete à apreciação da Assembleia Geral e propõe que seja aprovado o Relatório e Contas do Exercício de 2023, assim como a aplicação do Resultado Líquido do Período de 50.457,42 euros (cinquenta mil, quatrocentos e cinquenta e sete euros e quarenta e dois cêntimos), da seguinte forma:

- 10% para reserva legal no valor de 5.045,74 euros;
- o remanescente 45.411,68 euros para resultados transitados.

16 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 26 de março de 2024. No entanto os acionistas poderão, em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações financeiras e solicitar alterações.

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca das condições que existiam à data do balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

17 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Os honorários de revisão legal de contas faturados, durante o exercício de 2023, pela sociedade de Revisores G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda., ascenderam a 4.800 euros, aos quais acresce IVA à taxa legal.

Em obediência ao disposto no artigo 210.º da Lei nº 110/2009 de 16 de setembro, informa-se que a entidade não é devedora em mora à Segurança Social, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2023, de responsabilidades cujo pagamento se efetuou nos prazos legais.

A sociedade tem a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2023, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o número de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2023.

Guimarães, 26 de março de 2024

A Contabilista Certificada

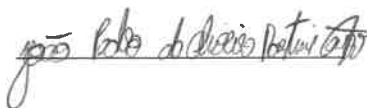


Sandra Eduarda Gonçalves Ribeiro
Cédula Profissional n.º 57510

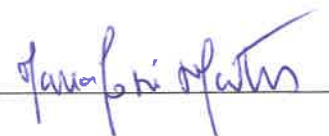
O Conselho de Administração



Presidente
Sérgio Castro Rocha



Administrador Executivo
João Pedro Castro



Administradora Não Executiva
Maria José Teixeira Martins

// ANEXOS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

M
ato
J.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **VITRUS AMBIENTE, EM, SA** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 4 239 231 euros e um total de capital próprio de 2 394 179 euros, incluindo um resultado líquido de 50 457 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **VITRUS AMBIENTE, EM, SA** em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM SROC, LDA

- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Braga, 27 de março de 2024

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda.
(SROC 153; CMVM 20161463)
Representada por

Anabela Barbosa Dias (ROC 1278; CMVM 20160889)



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vimos, na qualidade de Fiscal Único da sociedade **VITRUS AMBIENTE, EM, S.A.** apresentar o nosso parecer sobre o Relatório e demais documentos de prestação de contas elaborado pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

1. Atendendo ao contexto descrito, no exercício das nossas funções:

- a) Acompanhámos a gestão da sociedade através do contacto mantido com o Conselho de Administração e os departamentos Financeiro e de Contabilidade, solicitando os esclarecimentos que, nas circunstâncias, entendemos convenientes;
- b) Averiguámos a observância da lei e do cumprimento do contrato de sociedade;
- c) Procedemos a verificações dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte e avaliámos a eficácia do sistema de controlo interno da sociedade, com a periodicidade e extensão consideradas necessárias e aplicáveis;
- d) Examinámos as demonstrações financeiras e demais documentos de prestação de contas da sociedade, à luz dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adotados.

2. Tendo em consideração as verificações, fiscalizações e diligências executadas, bem como os documentos de prestação de contas da sociedade e a Certificação Legal das Contas por nós emitida, sem reservas nem ênfases, (a qual anexamos para integrar o presente Relatório e Parecer), **concluimos que:**

- a Contabilidade, as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão satisfazem as disposições legais e estatutárias e refletem a atividade da sociedade no exercício em causa, bem como a sua situação económica e financeira.
- os atos da Administração que são do nosso conhecimento não colidem com a lei nem com os estatutos da sociedade;



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

e somos de parecer que a Assembleia Geral deve:

- Aprovar o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2023;
- Aprovar a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração;
- Proceder à apreciação da Administração e da Fiscalização da sociedade, nos termos previstos no artº. 455º. do Código das Sociedades Comerciais.

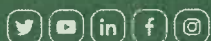
Braga, 27 de março de 2024

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda.
(SROC 153, CMVM 20161463)
Representada por

Anabela Barbosa Dias (ROC 1278, CMVM 20160889)

“

RELATÓRIO E CONTAS 2023



Vitrus Ambiente EM SA

Av. Conego Gaspar Estação Nº 606 Oliveira do Castelo - 4810-266 Guimarães
geral@vitrusambiente.pt - vitrusambiente.pt



MUNICÍPIO DE
GUIMARÃES



NÚMERO VERDE
800 209 565